

LISBOA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ORDENAMENTO URBANO

O estudo que VÍTOR MATIAS FERREIRA (VMF) ora publica, retoma, com ligeiras alterações, a dissertação de doutoramento apresentada e defendida pelo autor no ISCTE.

Constitui o culminar de um trabalho que o autor vem desenvolvendo vai para duas décadas, em que sucessivamente procurou aproximar-se do objecto em causa nesta dissertação.

Propôs-se o autor desenvolver e demonstrar, a partir de uma determinada abordagem teórica, os processos de organização territorial e de diferenciação social da cidade de Lisboa, em duas conjunturas bem determinadas.

Esta dissertação está estruturada em quatro partes. Na primeira parte (p. 23-72), o autor apresenta o quadro teórico que orientou a pesquisa empírica sobre Lisboa-cidade e Lisboa-metrópole. Revê e discute diferentes abordagens teóricas construindo gradualmente o seu quadro de análise, o qual procurou evitar uma perspectiva empirista, dominante entre nós no que diz respeito aos estudos sobre Lisboa.

Daqui segue, ao longo das restantes três partes do Estudo, para uma abordagem do objecto da pesquisa empírica — a cidade de Lisboa — inserida na sua Área Metropolitana. Privilegiou duas conjunturas — anos 30-40 e anos 60-80 — e analisou em cada uma delas as condições concretas e o modo de estruturação territorial e de diferenciação urbana da cidade de Lisboa.

Na primeira conjuntura privilegiou a questão fundiária e o modelo de ordenamento urbano, e, na segunda, a informação da Área Metropolitana de Lisboa.

Na segunda parte (p. 73-119), o autor faz uma breve retrospectiva da evolução de Lisboa, fruto da necessidade de «situar o contexto dessa mesma pesquisa ao longo de um período correspondente a um determinado arco civilizacional (...)». Esse «arco civilizacional» vem desde a Reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755 até à situação actual. Se é certo que este capítulo poderá permitir ao leitor menos conhecedor destas questões penetrar com maior facilidade na abordagem das duas conjunturas que o estudo privilegiou, não é menos certo que esta é a parte menos inovadora do livro.

Na terceira parte (p. 121-218), o autor dissecou, em pormenor, a conjuntura dos anos 30-40, em que prevaleceu uma política urbana centrada em dois vectores: a) a política fundiária e b) o ordenamento do território concelhio. Em relação à questão fundiária e mesmo no que respeita ao ordenamento urbano, o autor poderia ter contemplado outras vertentes, quer em termos teóricos (por exemplo, teoria(s) do Estado), quer sobretudo na pesquisa empírica (p. e. — legislação sobre

(1) VÍTOR MATIAS FERREIRA — *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1987.

política de solos, figuras de plano, grupos de interesse, relações entre diferentes níveis do aparelho do Estado, etc.).

Insiste o autor na existência de um conjunto de elementos caracterizadores de uma «urbanística fascista». É tese com a qual não concordamos. O Estado Novo usufruiu, em matéria de planos de urbanização, política de solos e habitação social, sobretudo da experiência inglesa e francesa. Neste domínio, o regime anterior não constitui uma ruptura em relação ao período que o antecedeu.

A quarta e última parte (p. 219-320) do estudo aborda a segunda conjuntura — a dos anos 60-80 — ou da formação da Área Metropolitana. VMF começa por recensar uma parte da bibliografia existente sobre a realidade que constitui o seu objecto de estudo, bibliografia essa que se reparte por dois tipos de leituras da realidade urbano-metropolitana de Lisboa — os «estudos de zonamento e morfologia» e os «estudos das expansões urbanas e processos de urbanização». Passa em seguida à análise daquela conjuntura, centrando a sua exposição em dois vectores: a) a concentração demográfica e, b) a expansão territorial (formação da Área Metropolitana de Lisboa). Termina concluindo que a «centralidade urbana» de Lisboa se reforçou ao longo deste processo e a metropolização do território envolvente seguiu uma lógica, em grande parte determinada pelas exigências da capital do país.

Nas páginas finais do livro, à guisa de conclusão, VMF defende a não especificidade urbanística do nível «urbano», propriamente dito. Considerou, isso sim, a existência de dois «níveis de especificação sócio-urbanística» do território metropolitano de Lisboa — as «unidades sócio-ecológicas de nível local» e a «área metropolitana».

E, obviamente, uma intervenção político-urbanística na Área Metropolitana de Lisboa deverá buscar os seus fundamentos, em parte, nesta dissertação. Mas não só. VMF não penetrou, deliberadamente, no âmago do processo político e técnico do planeamento municipal em Lisboa naquelas duas conjunturas, o que, a ter acontecido, lhe teria dado (reforçado) indicações deste tipo. Com a vantagem adicional de poder discutir e eventualmente definir os instrumentos mais ajustados a uma actuação naqueles dois níveis.

CARLOS NUNES SILVA